



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

Aos seis dias do mês de julho do ano de 2022, às 18 horas, no Plenário 26 de Abril -Palácio de Buquira da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, estiveram presentes os membros do Legislativo Municipal: Presidente da Câmara Vereador Allan Rached e os Vereadores: Aloisio Aparecido dos Santos Barreto, Edjelson Aparecido de Souza, João Francisco da Silva e Kurt Eugenio Greiner. Foram convidados e compareceram os representantes da Prefeitura Municipal: Secretário Municipal de Obras Engenheiro Geminiano Jorge dos Santos e a responsável pelo setor de Tributos Municipais, Mariana Santos. Os representantes das duas empresas responsáveis pelos processos de regularização contratadas pelos proprietários de seis núcleos: Agritop Agrimensura e Assessoria: Maria Aparecida Souza Bastos e Karina de Moraes Amorim e empresa Siga Assessoria Ambiental: Doutor Lincoln Delgado. As representantes da EDP - SÃO PAULO: Ester Nascimento da Silva Moreno e Juliana Daniela de Siqueira. A empresa SABESP também convidada, não enviou representante. Estiveram presentes o Prefeito Municipal Edmar José de Araújo, o Secretário de Serviços Municipais Luis Carlos Diniz, proprietários de terrenos em situação irregular e munícipes. O Presidente da Câmara Municipal, **Vereador Allan Rached** no comando da reunião, cumprimentou a todos e informou que a audiência tem por finalidade o conhecimento e andamento dos processos que compõem a REURB – Regularização Fundiária Urbana do Município de Monteiro Lobato. Também explicou que não há entraves entre Prefeito e Vereadores, mas sim uma decisão judicial que proíbe a entrada da Prefeitura para fazer manutenção de estradas nesses loteamentos irregulares. O Vereador Allan, passou a palavra ao representante da Prefeitura Municipal, Secretário de Obras **Engenheiro Geminiano** que cumprimentou a todos e informou que a servidora **Mariana**, responsável pelo setor de Tributos, irá fazer uma explanação, num panorama geral, dos processos em andamento. A servidora cumprimentou a todos e iniciou falando que atualmente existem seis processos em andamento pelas empresas contratadas pelos proprietários dos terrenos - Agritop Assessoria e Siga Ambiental - dos seis núcleos irregulares que são: 1. Alpes do Buquira – Agritop. 2. Jardim Iracema – Agritop. 3. São Pedro – Agritop e Siga. 4. Veneziani – Siga. 5. Quaresmeiras – Siga. 6. João Vicente – Siga. Informou que a abertura de processo na Prefeitura, é feito pelo setor de engenharia. Disse que a Lei de Regularização Fundiária é recente, portanto, há dificuldades ainda para todos e que esse processo está sendo um piloto. Parece um processo simples, mas a cada passo aparecem novas dificuldades. O processo do Alpes do Buquira é o mais adiantado devido à infraestrutura estar pronta, com saneamento, asfalto, iluminação pública, calçamento, etc. Fez uma explanação de todos os núcleos, informou que o motivo da regularização estar aguardando é devido à falta de alguns documentos, avaliações técnicas de engenheiros, pareceres jurídicos e, principalmente, documentos da empresa Sabesp que não se manifesta, não se faz presente nos processos, não comparece às reuniões e audiências públicas e não dá respostas. Afirmou que em todos os processos de regularização fundiária o entrave está na falta de colaboração e ausência da Sabesp. O Vereador Allan afirmou que a EDP Energia e a Sabesp são as duas prestadoras de serviços que causam empecilho na regularização fundiária e que não são parceiras do município. Disse que a Sabesp não quer fazer investimentos nesses loteamentos. A representante da empresa Agritop, Karina, concordou e disse que realmente a Sabesp não dá respostas aos documentos enviados para



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

avaliação. A devolutiva nunca chegou até a empresa, mas disse que com a chegada do novo gerente Ademir, já houve uma conversa mais aberta, porém, quer que os moradores arquem com os prejuízos causados por erro técnico e operacional da Sabesp quanto à pressão das bombas que causou danos aos munícipes. O **Vereador Allan** disse que a Sabesp é uma vergonha para o município, despeja esgotos sem tratamento no rio, há constante falta de água e cobra os munícipes pelo tratamento de esgoto que não é feito. O **Vereador Aloisio** concordou e afirmou que a alta pressão no buster tem causado danos a chuveiros e encanamentos e a Sabesp quer colocar na conta dos munícipes. A representante da Agritop, **Maria Aparecida**, explicou que o Alpes do Buquirá realmente está com a parte 1(um) mais adiantada na regularização. Disse que além de documentos, a regularização traz o lado social: a dignidade à população. Informou que a Prefeitura Municipal está colaborando com peças técnicas, tentando ajustar as plantas, devido à atualização do cadastro dos imóveis que está sendo feito pelo setor de tributos. Também afirmou que o maior entrave na regularização é a Sabesp. O **Vereador Allan** citou os núcleos congelados que estão no processo de regularização, porém estão surgindo novos núcleos clandestinos que terão problemas futuros. Disse que as pessoas ainda não entenderam que terão problemas pois há um juiz acompanhando os processos de regularização no município. Quer saber quanto em termos de prazo a Prefeitura poderia liberar a regularização. Citou ainda a não tributação da Prefeitura sobre os imóveis irregulares e a prestação de serviços municipais nesses locais. Acredita que regularizar é aceitar do jeito que está, e não fazer adequações para a regularização. Disse: - Ainda bem que não houve ordem de despejo e demolição, no loteamento João Vicente, estão sendo acompanhados pelo Ministério Público e advogados. Acredita que esta reunião é para alinhar todos os envolvidos nesses processos. O **Doutor Lincoln** da empresa Siga concordou que deve haver esse alinhamento e que a lei é recente e todos estão aprendendo a fazer regularização fundiária, pois com base na lei antiga, era praticamente impossível; pela lei de parcelamento do solo, devido às exigências. Mas alegou que todos estão avançando: órgãos públicos, empresas agrimensoras, de água e energia, etc. Falou que os maiores entraves para a regularização são as áreas de risco, a Prefeitura e nenhuma empresa podem colocar pessoas em risco. Alegou que o principal entrave é a Sabesp, cujo gerente regional é pago para não investir, vai às reuniões para desmontar os processos, inviabilizar investimentos e indeferir melhorias. E não está pedindo para a Sabesp ir no fundo do município, está pedindo para a Sabesp ir onde já existe rede da Sabesp. Todos os núcleos do bairro dos Souzas já têm rede da Sabesp funcionando, mas não conseguem a colaboração da empresa para a regularização. Disse que todos têm que partir para a superintendência da Sabesp. Afirmou categoricamente que, em todos os processos de regularização fundiária em andamento, o entrave é a Sabesp. Disse que a EDP não tem culpa, eles entram e fazem o serviço onde é necessário, menos em núcleo irregular. Mas assim que se regulariza, a EDP entra e faz a ligação de luz, porque ela quer receber pelo serviço. Explicou que conseguiram desenhar um projeto que evitou a demolição do loteamento João Vicente, que já está transitado e julgado e, num esforço em comum, conseguiram achar uma solução mais viável e passível de aprovação na sua regularização, o que fez com que a Promotoria de Justiça parasse o processo antes da demolição de todo o loteamento. E informou que se a Prefeitura entrasse com melhorias no loteamento, o Prefeito cairia na improbidade administrativa. Os custos para resolver os problemas do loteamento foram estimados na faixa de três milhões de reais, valor totalmente inviável. Mas disse que já apresentou uma solução viável para que as casas que estão na área de alagamento não sejam demolidas. Afirmou que após dois anos de pandemia, acredita que



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

até o final do ano, como desafio, as empresas Agritop e Siga conseguirão estar com todos os projetos delineados. Disse que está no limite com a Sabesp e sugeriu que as autoridades entrem até a superintendência da SABESP para agilizar os processos. O **Vereador Allan** concordou e mostrou a todos a convocação oficial feita à Sabesp para esta audiência e disse ser incabível não ter enviado representante. O **Vereador João Francisco** questionou o representante da Siga, Dr. Lincoln, sobre o loteamento João Vicente, o qual lhe respondeu que é um loteamento que não deveria existir; não existiria legalmente em qualquer lugar do Brasil, mas já que existe, está lutando com muito esforço, num trabalho hercúleo, para que nenhuma casa seja demolida. O **Vereador João Cunha** concordou e ressaltou que nenhum morador ficará fora da regularização, como foi prometido em reunião que esteve presente. A representante **Karina** da Agritop, perguntou à representante da EDP se existe um projeto da empresa referente à regularização. A representante **Juliana** respondeu que há uma área na empresa que trata de regularização, até para trazer dignidade às pessoas. O **Doutor Lincoln** aproveitou para convocar uma reunião com a EDP para alinhar quanto aos problemas de regularização. A representante **Juliana** se colocou totalmente à disposição para essa reunião. **Doutor Lincoln** exaltou o êxodo urbano durante a pandemia e a necessidade de mudar o tamanho dos lotes. Alegou que houve uma explosão de loteamentos e a maioria, irregulares. Há a necessidade da Câmara de Vereadores se debruçar sobre um projeto de lei de zoneamento. O **Vereador Allan** concordou e disse que já conversou com o Prefeito com relação à tributação com IPTU e não com ITR. Pois um loteamento grande, com trinta casas paga uma pequena quantia pelo terreno todo e o município deixa de arrecadar o IPTU. Perguntou aos representantes da Prefeitura quais os critérios da Prefeitura para fazer a manutenção de estradas nos terrenos irregulares. Serão tratados de forma igualitária? Ou cabe denúncia se a Prefeitura fizer? O **Doutor Lincoln** ressaltou que todas as ruas são públicas, não vê impedimento para nomeação e manutenção das ruas em terrenos não legalizados, é uma questão de dignidade pública. A servidora **Mariana** alertou sobre a obrigação de se reconhecer logradouros, independente da REURBE. O **Vereador Edjelson** disse que todos estão reféns da Sabesp: a Prefeitura, as empresas agrimensoras e os moradores que, aliás, já deveriam ter entrado com ação conjunta contra a Sabesp, porque a regularização está parada, os Vereadores não podem nomear os logradouros e ainda existem casas sem energia elétrica. Não pode legalizar porque o problema é a Sabesp! Não fazem ligação de água, jogam esgoto direto no rio! O **Vereador Aloisio** concordou e disse que descobriram a saída de esgoto da Sabesp despejando direto no rio recentemente, devido ao serviço de assoreamento. O **Vereador Allan** afirmou que todos devem medir forças com ofícios e requerimentos, a Sabesp é uma empresa que rouba o cidadão e não presta os serviços. O **Vereador João Francisco** disse que já participou de várias reuniões do Prefeito com a da Sabesp e foram feitas várias cobranças sim. O **Vereador Edjelson** sugeriu que todos se unam: empresas agrimensoras, proprietários e órgãos públicos, pois o Ministério Público não está sabendo que o maior entrave é a Sabesp. Dr. Lincoln disse que só no bairro dos Souzas são 100 (cem) famílias à espera da Sabesp. O **Vereador Allan** abriu a palavra para os munícipes. Um munícipe perguntou como é feita a convocação para as audiências públicas. O **Vereador Allan** disse que é uma convocação oficial enviada a cada convidado e é publicada no site e divulgada nas redes sociais. O munícipe respondeu que, então, é como uma convocação judicial. A Sabesp está dando problemas há anos. Um juiz pode ter conhecimento desse fato. O **Vereador Allan** concordou e disse que entrará com ação judicial contra a Sabesp e incluirá no processo a lista de presença da população na audiência. Quer que a Sabesp responda ao Ministério Público o motivo de não estar colaborando na regularização fundiária do



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

município. Disse que os Vereadores são representantes do povo, mas quem tem o poder é o povo. O **Doutor Lincoln** disse que as reclamações podem e devem ser encaminhadas à ARSESP, agência reguladora, e que a Sabesp pode ser até multada e as multas encaminhadas ao município. Já tem motivos suficientes para enviar denúncias à ARSESP. Disse que um dos motivos da falta de investimentos da Sabesp é porque está enxugando para privatizar. O **Vereador Allan** disse que já encaminhou ao Prefeito as irregularidades constatadas, principalmente quanto à Sabesp jogar esgoto sem tratamento direto no rio. O Prefeito encaminhou à Cetesb, que veio fazer vistorias e constatou as irregularidades. A Cetesb está ciente dos problemas causados pela Sabesp no município. Completou dizendo que a Sabesp tem um faturamento milionário e não quer investir em melhorias. Não tem cabimento ficarmos reféns dessa empresa. Disse que chegou a hora de bater de frente com essas prestadoras de serviços. O **Vereador Kurt** fez um aparte e disse que o fator mais importante dessa reunião é evitar o disse me disse, todos estão presentes, ninguém está acusando o outro. O munícipe **Daniel Viana**, sugeriu o encaminhamento da ata desta audiência ao Ministério Público quanto à Sabesp. Alegou que o Ministério Público é o primeiro a mandar demolir, então tem que ficar sabendo o que está acontecendo. Em outra sugestão, disse que os Vereadores que têm amigos Deputados, poderiam solicitar sua intervenção, pois eles têm influência e podem chegar ao superintendente da Sabesp. Perguntou à Juliana da EDP, como é feita a ligação de luz e quem arca com as despesas? **Juliana** respondeu que todos os pedidos são avaliados tecnicamente e podem ser arcados em cem por cento pela EDP ou ter a participação do cliente. Quanto à iluminação pública a Prefeitura é responsável, após solicitação à EDP. Tudo depende das avaliações, mas a maioria é arcada em cem por cento pela EDP. Um munícipe perguntou ao **Dr. Lincoln** se existe a possibilidade dos loteamentos que hoje pagam o INCRA passarem a pagar IPTU. Disse que é proprietário de uma área que entrou em processo judicial e agora o núcleo está congelado. Não estão conseguindo a regularização. O **Vereador Allan** passou a pergunta para a servidora Mariana responder e informou que hoje tem um caso parecido no município que é o loteamento no bairro Renó. **Mariana** respondeu que são seis os primeiros núcleos no processo de regularização e o setor de engenharia está mudando o perímetro urbano. O **Dr. Lincoln** respondeu que tudo depende da regularização e após, a Prefeitura é que vai determinar a cobrança de IPTU ou não. Outra munícipe disse que não tem registro da escritura do terreno onde mora e gostaria de saber o porquê da demora na regularização. O **Dr. Lincoln** afirmou que o problema da chácara de sua propriedade é que ela está “contaminada”, esse é a palavra correta, devido à existência de uma ação judicial. E que não existe regularização para um terreno, tem que regularizar toda a área, o terreno da frente, de trás, dos fundos. A munícipe disse que há dezoito anos não consegue a regularização do seu terreno, pediu a ajuda de todos os presentes. O **Vereador Allan** perguntou se da parte da Prefeitura existe algum trâmite que pode agilizar as regularizações? **Mariana** respondeu que já havia colocado o Vereador a par desse assunto. Disse que o processo da REURB não é questão de pressa, mas tem que ter qualidade nos trabalhos. Informou que há uma troca de informações entre a Prefeitura e as empresas, há vistorias e uma nova funcionária está chegando agora, contratada para trabalhar especificamente na regularização. E a partir desta semana o setor de cadastros e tributos da Prefeitura estará funcionando com atendimento ao público apenas na parte da manhã para que, à tarde, possam trabalhar internamente na atualização dos cadastros que poderão ser fornecidos para os processos de regularização. Informou que a parte de cadastro ficou para ela e a Marcela e a Prefeitura está para receber estagiários da área de arquitetura e tem um planejamento para que, nos próximos seis meses, a Prefeitura possa



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

entregar alguns núcleos regularizados. Quanto à parte técnica, fica com o setor de engenharia. Afirmou que alguns núcleos que dependem da Sabesp vão demorar mais, mas os que não dependem vão ser entregues regularizados. O **Doutor Lincoln** disse que a população tem que entender que cada núcleo tem sua dificuldade técnica e por isso alguns estão mais adiantados do que outros, porque já estão prontos com toda a infraestrutura consolidada. Há questões técnicas, como água, esgoto, arruamento, etc. O **Vereador Allan** ressaltou que a regularização não é individual. A servidora Mariana concordou e disse que, por exemplo, o Alpes do Buquira está sendo feito em três fases. O **Vereador Aloisio** concordou e disse que o Alpes do Buquira está dividido em três núcleos. Outro **município** pediu prioridade para a regularização do seu núcleo no bairro São Pedro pois não depende da Sabesp. **Mariana** respondeu que a Prefeitura não trabalha com prioridade a um ou a outro, o que é feito é a análise técnica de cada um. Informou que o bairro São Pedro, talvez seja o primeiro núcleo a ser entregue pois é o que está mais próximo da regularização. Tudo depende da documentação. Reiterou que o Processo de Reurbe é mais uma questão de qualidade e não de pressa. Disse que estão priorizando o recadastramento imobiliário no momento. O município perguntou por qual razão a Prefeitura não entrou no programa do governo Cidade Legal. Mariana respondeu que o Jardim Morada do Sol e parte da Vila Esperança foram beneficiados. Karina, a representante da Agritop disse que esse programa é direcionado às pessoas de baixa renda, baseado na condição social dos moradores. **Mariana** confirmou dizendo que só aqueles de baixa renda conseguem participar desse programa. O município disse que foi falta de interesse da Prefeitura. Karina disse que a Prefeitura não entrou nesse programa. O **Vereador Aloisio** concordou dizendo que esse programa é para baixa renda e disse que o Alpes do Buquira foi colocado no programa, mas teve que sair devido ao bom padrão de vida dos moradores do bairro. O **Doutor Lincoln** confirmou que só podem participar desse programa aqueles que comprovarem baixa renda. **Mariana** disse que tudo tem que ser feito de maneira ordenada, há um planejamento da Prefeitura para entregar em até seis meses, os núcleos que estão dependendo de cadastro. O **Vereador Allan** sugeriu que a Prefeitura divulgasse mais informações sobre a regularização para evitar o disse que disse. **Mariana** disse que todos estão aprendendo a fazer regularização, colocou o setor de tributos a disposição de todos os interessados para maiores informações. O **Vereador Aloisio** sugeriu que fossem colocadas placas de aviso do congelamento dos bairros não regularizados, para que novos compradores de lotes procurem a Prefeitura antes de comprar terrenos nesses locais irregulares. O **Secretário Geminiano** disse que já existem placas e o setor de engenharia já providenciou a confecção de mais placas pois algumas foram retiradas ou depredadas. O **Vereador Edjelson** questionou sobre outros locais a serem regularizados. **Mariana** informou que já notificou os loteamentos irregulares como o do Geraldo da Rocha e outro em São Benedito. A representante da Agritop disse que os moradores desse loteamento já procuraram a empresa e foi iniciado o processo. **Doutor Lincoln** disse que outro local é o loteamento da Ponte Nova, são quarenta e duas propriedades, boa parte tem condições financeiras, pouquíssimos de baixa renda, que serão incorporados no processo a pedido dos que podem pagar. O Ministério Público entrou com ação civil pública, demolitória, mas apenas seis ou sete proprietários entraram com processo de regularização os demais estão fazendo de conta que nada vai acontecer. Sugeriu que a Prefeitura entre com ação incisiva para que todos entrem com ação de regularização fundiária. Esse é um caso em que a Prefeitura deve intervir, no sentido de agilizar a regularização. O **Vereador Edjelson** concordou e disse que, na hora que o Ministério Público vem com ordem de demolição, eles acham que é a Prefeitura e os Vereadores que tem que resolver o problema. **Doutor**



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Lincoln informou que a promotora do Ministério Público entrou em contato com a ex-Prefeita Daniela, na época do seu mandato, para tomada de providências nesse loteamento, mas nada aconteceu. O munícipe **Vicente**, vice-prefeito na gestão anterior, morador do Bairro Ponte Nova, disse que construções estão acontecendo, desde 1980. Ali tinha tudo para ser resolvido, mas está faltando união entre os proprietários e fiscalização por parte da Prefeitura. Disse que sabe das dificuldades pois tem poucos funcionários, mas falta ações da Prefeitura. O **Prefeito Edmar** tomou a palavra, cumprimentou a todos e disse que estão tratando de um problema sério e antigo e que se a Prefeitura tivesse fiscalizado desde há uns dez anos, não haveria tantos problemas hoje. Disse que está no comando da Prefeitura há um ano e meio, tomou posse em plena pandemia, era impossível fazer reuniões presenciais nesse período, mas sua gestão não está parada. Alegou que se a administração anterior tivesse fiscalizado, não haveria tantos problemas hoje. Informou que contratou uma empresa para fazer o georreferenciamento, coisa que deveria ter sido feita há muito tempo no município. Explicou que é uma grande empresa, vai trabalhar na expansão urbana, regularizar documentações e terrenos. Disse que a administração anterior não se preocupou nem em regularizar os próprios terrenos da Prefeitura. Informou que já fez a regularização de vários terrenos, inclusive do recinto de festas, que foi doado à Prefeitura há muito tempo e o documento ficou engavetado durante anos na Prefeitura. Mas já conseguiu a regularização desse terreno. Disse que Monteiro Lobato já era para ter um plano de zoneamento há muitos anos e não foi feito. Informou que está sendo procurado por vários empresários para dar oportunidade de emprego às pessoas. Informou também que esteve em Brasília para tentar nova delimitação quanto ao tamanho dos terrenos, mas perante a lei é impossível. Com relação à Sabesp fez várias reuniões, na época da pandemia, através de vídeo, mas disse que gosta de reuniões presenciais, e que já conversou com Allan e determinou que a paciência com a Sabesp esgotou e sugeriu que Prefeitura e Câmara Municipal partissem para o Ministério Público, pois não estão tratando o esgoto que corre a céu aberto e estão despejando direto no rio. Disse que esse problema acontece há vinte anos com a mesma tratativa da Sabesp: não resolve o problema. E que reuniões não adiantam mais, disse que agora vão ao Ministério Público. O **Vereador Edjelson** concordou e reiterou que reuniões não adiantam mais, temos que ir direto ao Ministério Público. Desde que a Sabesp travou os loteamentos deveriam ter entrado com ação. Dirigiu-se ao Senhor Vicente e disse que fiscalização nunca funcionou em Monteiro Lobato, porque os fiscais contratados, tinham parentes na cidade e não conseguiam fiscalizar. O **Prefeito Edmar** concordou dizendo que cada um tinha seu próprio interesse. E complementou que, quanto à empresa de georreferenciamento contratada, tomou o modelo da cidade vizinha de Santo Antonio do Pinhal. Disse que Monteiro Lobato já foi referência na região e ao longo dos anos foi definhando. E Santo Antonio que tinha Monteiro Lobato como referência foi crescendo e hoje arrecada quase dois milhões de IPTU e Monteiro Lobato não arrecada nem quatrocentos mil reais embora tenha uma área quatro vezes maior que o município de Santo Antonio. Afirmou que, o Projeto que está fazendo para Monteiro Lobato não é político, é um projeto para a cidade se projetar para o futuro. O **Senhor Vicente** perguntou sobre o loteamento São Gotardo. O **Secretario Geminiano** respondeu que está aguardando a resposta da CETESB: devido a algumas exigências foi feito novo projeto e os proprietários estão providenciando. O **Prefeito Edmar** disse que foi ao Cartório de Registro de Imóveis e pediu um levantamento de todos os imóveis da Prefeitura. Descobriu que a própria Prefeitura nunca se preocupou em regularizar os próprios terrenos do poder público. Informou que já conseguiu regularizar cinco imóveis. E descobriu que o terreno da Pedreira estava em nome da Prefeitura de São



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

José dos Campos. Disse que selecionou cinco terrenos para a regularização que são os do Campo de Futebol do Bairro São Benedito, o da Escola do Taquari, do Conselho Tutelar e mais dois terrenos. Três já conseguiu regularizar. Agora vai separar mais cinco para a empresa fazer usucapião e depois vai selecionar mais cinco, para que todos os imóveis da Prefeitura sejam regularizados. Disse que a Prefeitura não pode colocar benfeitorias em cima de terrenos não regularizados como o caso da quadra do Bairro dos Souzas que foi construída em cima do terreno da Mitra Diocesana, um problema grave que já está tentando resolver. O **Vereador Allan** partiu para a finalização da audiência, disse que o assunto se estendeu, mas ainda há muitas coisas a serem discutidas. Perguntou se alguém mais teria colocações a fazer. Disse que o Executivo e Legislativo estão tentando fazer uma gestão diferenciada, com transparência, para que todos tenham acesso à informação. Falou que, embora a gestão se acabe, tanto a dele como a do Prefeito Edmar, existe a política de avanço em todos os sentidos. Conta com o apoio de todos, disse que nova reunião será marcada para saber o que avançou quanto à Reurb. O **Doutor Lincoln** da Siga Assessoria agradeceu a todos, disse que a audiência superou a expectativa, está saindo dessa reunião com mais definições quanto à regularização às decisões a serem tomadas pelo Poder Público quanto à Sabesp. Disse que até dezembro haverá novidades quanto à Reurb. Elogiou o Prefeito Edmar pela contratação da Mariana para esse setor: foi um avanço enorme. O **Secretário Geminiano** disse que os processos que entram no setor de engenharia são logo encaminhados às empresas para regularização. A representante da Agritop, **Maria Aparecida** disse que estão fazendo o possível para ajudar, se alinhando, sempre em contato com a Mariana e espera que até dezembro novas regularizações aconteçam. Solicitou à Prefeitura o encaminhamento de ofício à ARSESP notificando sobre as irregularidades da Sabesp. O **Prefeito Edmar** finalizou dizendo que todos estão colhendo os frutos do passado, são muitos terrenos para regularizar, mas todos estão sendo acolhidos, vai tomar providências quanto ao problema da Sabesp e colocou-se à disposição de todos. O **Vereador Allan** colocou a Câmara Municipal à disposição de todos, para novas reuniões e novas demandas da população. Disse que a Câmara Municipal é a casa do povo e está aberta para o povo. Deixou agendada nova audiência para meados de novembro/dezembro para um novo feedback à população quanto aos avanços da Reurb. Agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública.

Monteiro Lobato, aos 22 de junho de 2022



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Rua Maria Luiza Valvano Auricchio, 21, Centro – CEP 12.250-000 – Monteiro Lobato/SP

Telefone: (12) 3979-1145 – (12) 3979-1577

e-mail: camaramlobato@uol.com.br

camara@monteirolobato.sp.gov.br

LISTA DE PRESENÇA À AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO LOBATO

REALIZADA A PARTIR DAS 18HS DO DIA 06 DE JULHO DE 2022
NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO/SP.

Nº	NOME
1	Maria José de Oliveira
2	Mocair B. Oliveira
3	Mauana Fontes
4	Jose dos Santos
5	Maria de Fatima C. Santos.
6	Rosalina de Souza Nunes
7	Idema Massola
8	Mario Vilma y Costa Aguiar
9	JOAQUIM GOUVEIA
10	João Dias do Rocio
11	Lucilio Corra da Rosa Miranda
12	VENÍCIA DA SILVA FUSITA
13	ISAMI FUSITA
14	Mário Sparido Abr de Oliveira Junior
15	Lucio Bertolini
16	Godan. Braz Pereira
17	FRANCISCO ESPRITO DE BARROS
18	Maria Ap. Inez Bastin
19	Karina C. de Moraes Amorim
20	Daniel Tolosa
21	Kurt GREINER
22	Amiel do Jesus Viana
23	WANA MESTON COSTA FILHO
24	Edmar José Bandeira
25	Juarez Carlos Drey



Câmara Municipal de Monteiro Lobato

Estado de São Paulo

Rua Maria Luiza Valvano Auricchio, 21, Centro – CEP 12.250-000 – Monteiro Lobato/SP

Telefone: (12) 3979-1145 – (12) 3979-1577

e-mail: camaramlobato@uol.com.br camara@monteirolobato.sp.gov.br

26	Maria Augusta m dos Santos
27	Walter de Sousa Figueira de Lencastre
28	ALOISIO AP. DOS SANTOS BARRETO
29	Ana Carolina da M. Silva
30	Cláudio Edson
31	ROBERTO F. VIEIRA FARIAS
32	Fernanda F. de Azevedo
33	Jonatas M. Santos
34	CLAUDIO DA SILVA
35	Silvio Marcelo Neves de Aquino
36	Esther Nancy do Siqueira Moura
37	Fuliana Daniela de Aguiar
38	Luiz-Claudio Angelica Rosa do Prado
39	Carla de Souza
40	Alexandre Vicente Pascardi
41	Geminiano Jorge dos Santos
42	ROBERTO STEIN
43	Rui V
44	José Inocencio de Silva
45	Jose Apereido Inje
46	Regina Coma da Silva
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	